

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bons ventos da economia pedem maior justiça social (Editorial)..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova projeto do devedor contumaz..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova PEC que limita pagamento de dívidas judiciais de prefeituras..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

CGU abre investigação contra 38 associações e 3 empresas no caso INSS..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Passa PEC dos precatórios e espaço extra de R\$ 12 bi..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A judicialização precoce da reforma tributária (Artigo)..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A verdade sobre a devolução descriditos de ICMS..... 10

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria paranaense alerta para riscos de atraso na adaptação à reforma tributária..... 12

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo propõe elevar cobrança sobre empresas do regime de lucro presumido..... 13

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mais imposto: Reforma Tributária encarecerá aluguel de imóveis..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juros longos disparam na Europa e nos EUA com preocupação fiscal..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Selic faz economia pisar no freio..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Guiana: uma nova fronteira agrícola nas Américas (Artigo)..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com peso dos juros, PIB perde força e cresce 0,4% no segundo trimestre..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Serviços e consumo de famílias sustentam PIB no segundo trimestre	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado mantém estimativa de variação de 2,2% para PIB em 2025.....	24
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Com resultado, Brasil fica em 32º em ranking de 49 países.....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
PIB per capita tem alta de 0,3%, aponta FGV Ibre.....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Trajetória ainda é de alta, diz secretário.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
Atividades menos cíclicas segaram freio do PIB, afirma Gustavo Ribeiro.....	28

Bons ventos da economia pedem maior justiça social (Editorial)

Pelo 16º trimestre consecutivo, o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu no Brasil, mostrou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado referente ao período abril-junho é de alta de 0,4%, a partir de uma movimentação de R\$ 3,2 trilhões. Trata-se do maior nível da série histórica, iniciada em 1996. Também supera ligeiramente a estimativa do mercado financeiro, que projetava crescimento de 0,3% - apesar de o resultado ser bem inferior ao trimestre anterior, fechado com expansão de 1,3%.

Na prática, desde o segundo trimestre de 2021, não há recuo na variação trimestral do **PIB** no Brasil. À época, o país ainda vivia o impacto da pandemia da covid-19. Certo é que os bons ventos da economia abrem precedente para maturação sobre a discussão acerca da distribuição de riquezas, em prol da diminuição da desigualdade social. Se a economia expande, o Estado tende a ter mais mecanismos para promover justiça financeira para os mais pobres.

O foco do país, nesta semana, é o julgamento da cúpula acusada de tentar um golpe contra a democracia, protagonizado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O julgamento, evidentemente, pausa a capital federal, mas o Poder Legislativo precisa priorizar pautas de interesse da sociedade em vez de tentar pressionar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) - seja pela absolvição ou pela condenação dos réus.

Diante dos bons ventos da economia, é hora de o Brasil discutir de maneira séria uma revisão do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A proposta do

governo no Projeto de Lei 1.087/2025 é de fixar a alíquota em 10% para os su-per-ricos - o que diminui desigualdades, mas ainda de maneira tímida em relação à diferença entre os patrimônios dessa camada para o restante da população. A elevação da alíquota para 10% ajuda, mas não alavanca a redução de **impostos** para os mais pobres na proporção desejada.

Se o texto não é perfeito, ele ainda promove alguma mudança na ponta. O foco número 1 do país deve ser a promoção da justiça tributária. Não há disputa política agora, ou em 2026, que justifique a falta de avanço na tramitação do projeto enviado pelo governo

- ainda que as diferenças ideológicas no Congresso sejam profundas.

Desde abril deste ano, a matéria está pronta para ir ao plenário da Câmara dos Deputados. A expectativa fica agora para o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), que precisa encarar a questão com a seriedade necessária. Sob críticas da população, sobretudo diante do enorme espaço ocupado pelas emendas parlamentares no orçamento público e do cada vez maior fundo partidário para financiamento de campanhas, o Congresso tem nas mãos a oportunidade de melhorar sua imagem com a sociedade.

A elite brasileira deu vários exemplos de resistência à diminuição da desigualdade, inclusive a partir do inevitável lobby nos corredores de Brasília, mas não há justificativa honesta para não equilibrar, ainda que apenas um pouco, a balança do Imposto de Renda. A mudança precisa vir agora, mesmo diante do momento político conturbado do Brasil.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/09/03/all.pdf>

Senado aprova projeto do devedor contumaz

Caetano Tonet e Gabriela Guido De Brasília

O Senado aprovou, por unanimidade, na terça-feira (2), o projeto que estabelece a figura do devedor contumaz e cria o Código de Defesa do Contribuinte. O tema ganhou tração na Casa após a megaoperação para dismantlar esquemas de fraudes e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis com infiltração de integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). O texto segue para a Câmara dos Deputados.

Após as investigações virem à tona, o relator, senador Efraim Filho (União-PB), acrescentou ao texto um dispositivo visando a impedir o uso de empresas de fachada em nome de laranjas no setor de combustíveis, com a previsão de um capital mínimo de investimento.

Para operar no ramo, as companhias deverão aportar R\$ 1 milhão para revenda, R\$ 10 milhões para distribuição e R\$ 200 milhões para produção de combustíveis líquidos. Além disso, terão que comprovar a licitude da origem dos recursos e a identificação do titular efetivo.

O texto também reforça a instrução normativa da **Receita Federal** que iguala as fintechs às instituições financeiras. Após a operação, o Fisco editou a medida com esse teor para fortalecer o combate ao crime organizado.

A deflagração da megaoperação destravou a proposta que desde o ano passado não conseguia avançar na Casa. Ao estabelecer a figura do devedor contumaz, o projeto enquadra pessoas

jurídicas com dívidas a partir de R\$ 15 milhões em **impostos** de forma reiterada e injustificada.

"A prática do devedor contumaz, que são empresas concebidas para a prática do crime e que fazem da sonegação um modelo de negócio, espalhou e viu-se o crime organizado, milícias e facções querendo se infiltrar em setores estratégicos da nossa economia. É esse o cenário que nós estamos lidando e esse projeto de lei visa coibir o uso dessa prática", afirmou Efraim.

Líder do PP, a senadora Tereza Cristina (PP-MS), também destacou a importância do avanço da proposta.

"Essa matéria representa um avanço estrutural para a

economia brasileira, porque eu tenho certeza que trará novos parâmetros de segurança jurídica, tanto para os empresários quanto para os investidores que passam a enxergar o Brasil como um terreno fértil para negócios responsáveis e competitivos."

O projeto prevê punições a esses devedores, entre elas a declaração de inaptidão da inscrição no cadastro de contribuintes - o que, na prática, impede a empresa de realizar suas atividades -, a realização de qualquer vínculo com a administração pública ou a participação em suas licitações, o usufruto de benefícios fiscais e o pedido ou o prosseguimento de pedidos de recuperação judicial.

O texto institui dois programas de conformidade na **Receita Federal** para premiar os contribuintes adimplentes, isto é, os bons pagadores. Também estabelece que, no caso das empresas já enquadradas como devedoras contumazes, o simples pagamento do débito não resultará mais na extinção de investigações. Atualmente, a quitação integral da dívida encerra automaticamente qualquer processo ou inquérito contra o devedor.

Segundo a **Receita Federal**, a União deixa de arrecadar R\$ 200 bilhões anualmente com a evasão fiscal de devedores contumazes. A expectativa do relator é que o governo recupere, pelo menos, R\$ 20 bilhões anuais com a aprovação do projeto.

Sítio: <https://valor.globo.com/impresso/20250903>

Senado aprova PEC que limita pagamento de dívidas judiciais de prefeituras

NAOMI MATSUI RENAN MONTEIRO FLÁVIA SAID

O Senado concluiu ontem a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que estabelece limites para o pagamento de precatórios e abre novo prazo de parcelamento de débitos dos municípios com seus regimes previdenciários próprios e com o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS). Foram 71 votos a favor e dois contra na votação em segundo turno.

O governo conseguiu incluir no texto aprovado um trecho para permitir a abertura de espaço de R\$ 12 bilhões no Orçamento para o pagamento de licença-maternidade.

A PEC é uma reivindicação da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), sob a justificativa de permitir que os municípios cumpram obrigações fiscais sem afetar o financiamento de serviços públicos.

Pelo texto, os municípios poderão parcelar as suas dívidas com a União, incluindo as contraídas por suas autarquias e fundações, em até 360 parcelas mensais sucessivas, enquanto atualmente são 60 meses. Excepcionalmente, os débitos previdenciários poderão ser pagos em 300 vezes, em vez das 240 parcelas atuais.

Os precatórios são pagamentos que municípios, Estados ou União, além de autarquias e fundações, são obrigados a fazer após condenação judicial definitiva. O tema envolve ações judiciais relacionadas a salários, pensões e indenizações, por exemplo. O pagamento de precatórios está previsto na Constituição Federal.

Com alta nas judicializações, o desembolso de R\$ 62,78 bilhões em precatórios pelo governo fez o déficit público saltar em julho.

O BTG Pactual prevê um aumento exponencial no estoque de precatórios em atraso pelos entes subnacionais com a PEC 66. Em dez anos, mostram as simulações do banco, o saldo pode quadruplicar, saindo de R\$ 193 bilhões, cifra de 2024, para R\$ 883 bilhões ao fim de 2035.

O que diz o texto aprovado pelo Senado

Reparcelamento de dívidas

Os municípios poderão parcelar as suas dívidas com a União, incluindo as contraídas por suas autarquias e fundações, em até 360 parcelas mensais sucessivas - atualmente são 60 meses. Excepcionalmente, os débitos previdenciários poderão ser pagos em 300 vezes, em vez das 240 parcelas atuais.

Novos limites para precatórios

Os pagamentos de precatórios pelos Estados, municípios e pelo Distrito Federal terão novos limites: 1% da receita corrente líquida (RCL) para municípios com estoque de precatórios em mora de até 15%; 1,5% da RCL para estoques entre 15% e 25%; 2% da RCL para estoque entre 25% e 35%; 2,5% da RCL para estoque entre 35% e 45%; 3% da RCL entre 45% e 55%; 3,5% da RCL para estoque entre 55% e 65%; 4% da RCL para estoque entre 65% e 75%; 4,5% da RCL para estoque entre 75% e 85%; e 5% para estoque superior a 85%.

Propag para municípios

O texto aplica aos municípios todas as disposições sobre o parcelamento de dívidas estaduais do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Nova base de cálculo para atualização monetária e juros

O projeto estabelece o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como parâmetro para o cálculo da atualização monetária e juros para precatórios da União e precatórios e débitos previdenciários dos Estados, municípios e do Distrito Federal.

Exclusão temporária de precatórios e RPVs do arcabouço

O texto prevê que, a partir do exercício financeiro de 2026, sejam excluídas do limite do arcabouço fiscal as despesas da União com precatórios e aquisições de pequeno valor (RPVs). A partir de 2027, as despesas anuais da União com precatórios e RPVs serão incorporadas "gradualmente" na apuração da meta de

resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de forma cumulativa a cada exercício, em, no mínimo, 10% do montante previsto dessas despesas, o que totalizaria dez anos para incorporação total.

Projeto abre espaço fiscal para licença-maternidade

O governo derrubou um destaque da oposição e conseguiu garantir a abertura de espaço fiscal de R\$ 12 bilhões no Orçamento para o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reduziu as exigências na concessão do salário-maternidade. O governo reuniu exatos 49 votos necessários para manter o texto. A permissão foi articulada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. "Vamos aproveitar esta PEC para resolver o problema de um meteoro que caiu na nossa cabeça, que eu não discuto o mérito, mas que veio de nada, que é garantir às mulheres licença-maternidade, paga, portanto, pelo sistema público, mesmo que ela não tenha contribuição. É meritório, só que vai custar mais de R\$ 12 bilhões", disse Simone Tebet, em 19 de agosto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CGU abre investigação contra 38 associações e 3 empresas no caso INSS

A Controladoria-Geral da União (CGU) instaurou nesta terça-feira (2) processos administrativos de responsabilização (PAR) contra 38 associações e três empresas investigadas por fraudes nos descontos associativos feitos sobre contracheques de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Com a abertura dos processos, as associações terão a oportunidade de se defender, e depois haverá definição sobre a responsabilidade de cada uma delas.

Segundo a CGU, o órgão identificou um conjunto de condutas praticadas pelas associações que pode ser enquadrado como fraudes ao **INSS**.

Os novos processos se somam aos 12 já instaurados pelo **INSS** e avocados pela CGU, que seguem em curso e apuram o pagamento de propina a agentes públicos. As mesmas entidades, agora com as demais, responderão também pela fraude nos registros dos descontos associativos.

Dentre os indícios de irregularidades praticados, foram identificadas ocorrências em que entidades utilizaram plataformas eletrônicas com o objetivo de simular a legalidade nas fichas de filiação, burlando exigências previstas em normas do **INSS**, como biometria digital.

Foram identificados, também, tentativa de realização de descontos associativos de pessoas já falecida e a recusa da entrega de documentos solicitados por auditorias realizadas pela CGU e pelo próprio **INSS**.

A CGU verificou, ainda, que ao menos quatro associações juntaram áudios como resposta à contestação apresentada por beneficiários do **INSS**. Diversos áudios evidenciam, na realidade, o cometimento de graves irregularidades, segundo a controladoria: induzimento de erro com ofertas fictícias de serviços atrelados ao benefício do **INSS**; uso de expressões que indicavam falsamente que não haveria desconto financeiro; e gravação sem qualquer consentimento do segurado.

"A CGU informa ainda que as investigações no caso das fraudes contra beneficiários do **INSS** continuam em andamento e abrangem todas as associações suspeitas de efetuar descontos indevidos. Novos processos de responsabilização poderão ser

instaurados à medida que as análises técnicas forem aprofundadas", afirma a CGU, em nota.(JS)

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250903>

Passa PEC dos precatórios e espaço extra de R\$ 12 bi

Caetano Tonet e Gabriela Guido De Brasília

O Senado aprovou na terça-feira (2), por 72 votos a 2, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que posterga o pagamento dos precatórios municipais e prevê uma regra de transição para incluir essas dívidas judiciais da União na meta fiscal. A PEC prevê ainda a abertura de espaço fiscal de R\$ 12 bilhões no arcabouço fiscal de 2026. Agora, o projeto deverá ser promulgado pelo Congresso.

Na votação de terça, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve os exatos 49 votos necessários para derrubar o destaque apresentado pelo PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, que retirava do texto a abertura de espaço no arcabouço fiscal.

Esse dispositivo permite ao Executivo incorporar um crédito específico na base de cálculo do limite de gastos, ampliando esse teto em R\$ 12 bilhões no próximo ano. O governo diz que o espaço extra será destinado ao pagamento de licença-maternidade, uma despesa que vai crescer após uma flexibilização do acesso imposta pelo STF.

Para garantir o avanço da PEC, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (FT-BA), relator do texto e que se recupera de uma cirurgia, retomou à Casa.

"Essa medida (abertura de espaço) que foi tomada não foi para fazer uma despesa qualquer, mas em função de uma decisão do Supremo Tribunal Federal de dar às mulheres brasileiras, mesmo que só tenham contribuído um mês com o **INSS**, o direito de exercer a licença-maternidade", pontuou Wagner.

O líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), afirmou que o governo estava retirando despesas do arcabouço com interesse eleitoral.

"O governo utilizou-se desse instrumento para inserir mais um jabuti do ponto de vista de expansão fiscal, impactando fortemente a dívida pública", disse Marinho.

Após a rejeição do destaque, o senador oposicionista Cleitinho (Republicanos-MG) ironizou a situação, afirmando que o governo tinha que agradecer-lo por votar a favor.

O líder do PT no Senado, Rogério Carvalho (SE), que assumiu a liderança do governo na ausência de Wagner, assumiu o compromisso de que o Executivo mandará ao Legislativo um adendo à Lei Orçamentária Anual (LOA) prevendo a inclusão dos R\$ 12 bilhões ao Orçamento e disse que esse recurso será usado para o pagamento de licença-maternidade.

O avanço da PEC ocorre após pressão dos municípios e de entidades municipalistas pela aprovação da matéria o quanto antes.

Além de abrir espaço fiscal e adiar o pagamento dos precatórios dos municípios, o texto prevê que só 10% dessas dívidas da União sejam contabilizados na meta fiscal a partir de 2027, ano em que termina a flexibilização das regras fixadas ao governo pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, há ainda uma regra de transição de dez anos para que esses gastos sejam incluídos na regra fiscal de forma gradual.

Como mostrou o Valor, a PEC sofreu críticas pelo impacto fiscal do espaço extra de R\$ 12 bilhões e da solução para os precatórios da União. A nova legislação ainda cria um teto para pagamento dos precatórios dos entes subnacionais.

"A medida foi em função de decisão do STF [sobre licença maternidade]" Jaques Wagner

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250903>

A judicialização precoce da reforma tributária (Artigo)

Rodrigo Fragoas

A **reforma tributária** representa uma mudança profunda no sistema tributário nacional. No entanto, antes mesmo de sua implementação, já enfrenta questionamentos no Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de In-constitucionalidade (ADIs) 7779 e 7790. Esse embate jurídico antecipado gera insegurança e transfere para o Judiciário decisões que deveriam ser amadurecidas no âmbito político.

Muitos dispositivos da Lei Complementar n.º 214/2025 nem sequer estão em vigor, tornando prematuro qualquer questionamento sobre sua constitucionalidade. O STF, em diversas ocasiões, tem evitado analisar normas que ainda não produziram efeitos concretos, pois a inexistência de um quadro fático consolidado pode comprometer a avaliação sobre eventuais vícios. Mesmo assim, a mera existência das ADIs já cria um ambiente de incerteza, afastando investimentos e dificultando a adaptação dos contribuintes às novas regras.

Outro fator preocupante é o risco de decisões monocráticas suspendendo dispositivos da reforma antes de um exame colegiado. Isso porque os ministros têm o poder de conceder liminares que podem alterar a aplicação das novas regras, sem uma análise profunda dos impactos econômicos e institucionais. Por mais que o tribunal tenha a missão de zelar pela Constituição, a concentração de decisões em um único magistrado compromete a percepção de imparcialidade e equilíbrio institucional.

Nesse contexto, a PEC n.º 8/2021, que pretende restringir as decisões monocráticas no STF, mostra-se relevante. Se aprovada, a PEC exigirá que suspensões de eficácia de leis sejam decididas pelo colegiado, permitindo decisões individuais apenas durante o recesso e em casos urgentes e com prazo de 30 dias para julgamento pelo plenário após o retorno das atividades.

Essa mudança fortalece o princípio da colegialidade e evita que a atuação isolada de um ministro interfira na implementação de políticas públicas aprovadas democraticamente.

A reforma, que deveria trazer estabilidade e

previsibilidade ao sistema tributário, pode ter sua implementação comprometida por decisões judiciais fragmentadas, antes mesmo da produção de efeitos concretos.

A exclusão dos representantes eleitos deste debate reforça um protagonismo judicial que pode dificultar a transição para o novo modelo tributário.

A judicialização da reforma era previsível, considerando a magnitude das mudanças. No entanto, antecipar esse debate no STF pode gerar insegurança, prejudicando o setor produtivo. O momento exige cautela e responsabilidade para que a transição ocorra de maneira equilibrada.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A verdade sobre a devolução de créditos de ICMS

Eduardo Salusse

Opinião Jurídica

Eduardo Salusse

O ICMS é um imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, incidente sobre operações de circulação de mercadorias e sobre determinados serviços. Por definição constitucional, possui natureza não cumulativa, o que significa que cada contribuinte deve pagar o imposto apenas sobre a sua margem ou sobre o valor adicionado em cada operação. Essa característica visa evitar a tributação em cascata e assegurar maior racionalidade ao sistema, ainda que, na prática, normas restritivas tenham distorcido esse objetivo.

Na prática, a não cumulatividade é aplicada por meio da apuração mensal do total de ICMS devido em todas as operações de fornecimento de mercadorias e serviços, abatendo-se desse montante o imposto já cobrado pelos fornecedores nas etapas anteriores. Trata-se de um mecanismo de créditos e débitos, exigindo-se o recolhimento apenas sobre o saldo final. O modelo, que deveria ser simples, acaba se tornando um campo fértil para disputas entre contribuintes e administrações fazendárias.

Em determinadas situações previstas legalmente, o Estado deve devolver esse ICMS aos contribuintes, especificamente quando os créditos superam os débitos, gerando um saldo credor passível de restituição. É o que ocorre, por exemplo, na exportação de bens: o contribuinte aproveita os créditos dos seus fornecedores, mas não gera débitos, já que as exportações são imunes ao imposto. Nessas hipóteses, formam-se apenas créditos, sem débitos correspondentes. O mesmo acontece quando as operações de saída têm alíquotas menores do que as de entrada, como nas operações interestaduais, ou quando há diferença entre as bases de cálculo de entrada e saída em favor do contribuinte.

Outro caso comum é o do regime de substituição tributária. Nessa modalidade, o ICMS devido nas operações de saída é recolhido antecipadamente pelo fornecedor, com base em valores presumidos. Se a base de cálculo presumida for superior à real, o contribuinte substituído passa a ter direito ao

ressarcimento do imposto pago a maior. Embora esse direito seja assegurado por lei, sua efetivação é lenta e, invariavelmente, cercada de obstáculos.

Essas situações revelam três pontos centrais para compreender a origem do constante atrito entre Estados, Distrito Federal e contribuintes.

O primeiro é a criação de exigências ilegais pelos entes federativos para devolver o imposto. Multiplicam-se normas infralegais que impõem autorizações, formulários, restrições e obrigações não previstas em lei. Essa prática, além de afrontar princípios constitucionais como o da legalidade e da segurança jurídica, transmite ao contribuinte a sensação de que seus direitos estão sempre condicionados ao arbítrio do Fisco. Seria necessário um outro longo artigo para enumerar as inúmeras arbitrariedades criadas por atos administrativos ilegais.

O segundo é a multiplicação de critérios burocráticos quase impossíveis de serem cumpridos por um contribuinte comum. Muitos são obrigados a contratar consultorias especializadas apenas para atender exigências que envolvem a geração de arquivos magnéticos, relatórios e documentos desnecessariamente complexos. É curioso que administrações tributárias, equipadas com sofisticados sistemas tecnológicos capazes de apurar **tributos** sem sequer visitar o contribuinte, aleguem dificuldades para operacionalizar a devolução automática de créditos legítimos. É a mesma administração 5.0 preparada para os novos desafios da **reforma tributária**. Por que não conseguem identificar automaticamente os créditos devidos e devolvê-los ao contribuinte, impondo a eles uma verdadeira "epopeia" para obter o que lhes é de direito?

O terceiro ponto, talvez a justificativa dos dois anteriores, é a inegável falta de interesse do Fisco em devolver valores. Impõe-se ao particular o ônus de pedir, comprovar e esperar pacientemente a restituição de seus créditos. Os Estados liberam valores de acordo com sua conveniência financeira e interesses arrecadatários. Afinal, a cada devolução, menos recursos permanecem nos cofres públicos. É verdade que existem razões principiológicas que explicam essa postura defensiva - como créditos inflados por benefícios fiscais ilegais, devolução de **impostos** não pagos aos cofres públicos ou **tributos**

pagos em favor de um Estado que devem ser devolvidos a outro. Mas a realidade é simples: vivemos sob o império da lei, e o contribuinte que a cumpre não pode ser penalizado.

Comparando com outros sistemas tributários, percebe-se que países que respeitam a não cumulatividade, como diversos membros da União Européia, tratam a devolução de créditos como elemento essencial para a neutralidade do imposto sobre o valor agregado. No Brasil, porém, ainda se insiste em postergar, fracionar ou mesmo negar créditos legítimos, reforçando a insegurança jurídica e aumentando o chamado "custo Brasil".

No fim, quando tudo parece resolvido, a devolução costuma ocorrer de forma parcelada, parcial e sem qualquer atualização ou correção monetária, consagrando uma indevida subtração de recursos do bolso do particular e comprometendo a relação de confiança entre contribuinte e Estado.

É certo que há Estados mais eficientes que outros, com regras mais claras ou procedimentos menos burocráticos. Contudo, nenhum se mostra, na prática, realmente comprometido em aproximar e melhorar a relação entre Fisco e contribuinte. Ao contrário, transmitem a mensagem de que a relação é, em última análise, de "cada um por si".

Eduardo Salusse é advogado, mestre em direito tributário pela FGV-SP, doutor em direito pela PUC-SP e colaborador do blog Fio da Meada

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Indústria paranaense alerta para riscos de atraso na adaptação à reforma tributária

Márcia Magalhães

Eduardo Cucolo

A menos de quatro meses do início da implementação da **reforma tributária**, a indústria do Paraná manifesta apreensão com os desafios de adaptação para as empresas e prepara um curso para ajudar na compreensão sobre as mudanças que começam a valer em janeiro de 2026.

Para Guilherme Hakme, coordenador do conselho temático de assuntos tributários da Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), muitas empresas do setor estão atrasadas nessa preparação e já deveriam estar se mobilizando, principalmente para as mudanças na nota fiscal eletrônica.

A partir de 2026, as notas fiscais eletrônicas emitidas no país deverão trazer os campos referentes ao IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e à CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), novos **tributos** que irão substituir os atuais sobre consumo. Sem essas informações, o sistema governamental rejeitará o documento e as empresas podem ficar impossibilitadas de faturar.

Segundo ele, cada companhia precisa ajustar seus sistemas junto aos provedores de software para evitar problemas no início da vigência da obrigatoriedade. O alerta atinge especialmente as pequenas e médias, que em geral têm departamentos jurídico-tributários menos estruturados.

Hakme afirma que tem tido conversas com o governo para que erros no preenchimento das notas não levem à rejeição automática. A ideia é que se adote um período de transição, permitindo que o setor se ajuste sem que a atividade industrial seja paralisada por descumprimento da obrigação.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Com todas essas mudanças, surgem iniciativas de capacitação. A Fiep está promovendo o "**Curso de Reforma Tributária**" - O que muda e como sua

empresa pode se preparar", formação gratuita e online, com 35 horas-aula, para preparar indústrias na adaptação às novas regras tributárias do país.

O curso, que está com inscrições abertas, será realizado de 15 de setembro a 27 de outubro, com encontros ao vivo às segundas e quartas-feiras, das 19h às 21h30.

Para Guilherme, o ritmo de preparação precisa acelerar. As indefinições quanto às alíquotas efetivas do IBS e da CBS, bem como sobre a aplicação de **impostos** seletivos e as novas regras de incentivos fiscais, reforçam um cenário de incerteza.

No Paraná, como em outros estados, a extinção de incentivos fiscais preocupa o setor. "Foi criado um fundo de compensação, mas há regras que dificultam o acesso a esse fundo. A dúvida é: que empresas conseguirão entrar e quanto recurso haverá disponível? Não parece suficiente para compensar a perda", observa Hakme.

Outro ponto sensível é o impacto sobre empresas do Simples Nacional, regime em que se enquadram muitas indústrias de pequeno porte. Embora o modelo simplificado continue existindo, há receio de perda de competitividade: como o IBS permitirá que empresas aproveitem créditos de **impostos** pagos na etapa anterior, quem compra pode preferir fornecedores fora do Simples, que geram mais desses créditos.

O coordenador chama atenção ainda para o risco de perda de competitividade no mercado externo, principalmente em segmentos como o automotivo, calçadista, têxtil e de vestuário, que sofrem mais com o aumento de custos internos. Isto porque encarecer o produto nacional beneficia ainda mais concorrentes estrangeiros, como a China, que já consegue colocar no país produtos com preços mais baixos.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Indústria paranaense alerta para riscos de atraso na adaptação à **reforma tributária**

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/09/industria-paranaense-alerta-para-riscos-de-atraso-na-adaptacao-a-reforma-tributaria.shtml>

Governo propõe elevar cobrança sobre empresas do regime de lucro presumido

O regime de lucro presumido, uma das principais formas de tributação das empresas no Brasil, entrou no radar do governo federal e pode passar por alterações. O projeto proposto pelo Executivo para cortar de forma linear isenções fiscais também eleva em 10% a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre esse regime.

O lucro presumido é adotado principalmente por empresas de pequeno e médio porte que faturam até R\$ 78 milhões por ano. Em vez de apurar o lucro real, que exige controles contábeis complexos, a **Receita Federal** presume uma margem de lucro sobre a receita bruta e aplica **tributos** sobre esse valor.

Dessa forma, a tributação fica hoje em:

Embora simplifique a apuração, o governo entende que o lucro presumido representa uma **renúncia fiscal**, pois muitas empresas recolhem menos **impostos** do que pagariam pelo lucro real.

Pelo texto do projeto, os percentuais de presunção serão elevados em 10% sobre a parte da receita que ultrapassar R\$ 1,2 milhão ao ano.

Na prática, o projeto não cria um novo percentual fixo, mas determina um acréscimo de 10% sobre os índices já existentes. Isso significa que uma empresa de serviços, que hoje calcula IRPJ e CSLL sobre 32% da receita bruta, passaria a aplicar 35,2% na parcela que exceder R\$ 1,2 milhão ao ano.

O mesmo raciocínio vale para outros setores: no comércio, por exemplo, o percentual de presunção subiria de 8% para 8,8% na parte do faturamento que ultrapassar o limite anual.

Além do lucro presumido, a proposta também reduz em 10% incentivos vinculados a **tributos** como PIS, Cofins, IPI, contribuição previdenciária e Imposto de Importação. Ficaram de fora do corte benefícios constitucionais como Zona Franca de Manaus, Simples Nacional e a isenção da cesta básica.

Para Guilherme Consta Val, tributarista e sócio do escritório Ayres Westin Advogados, o aumento tende a elevar a carga tributária de empresas que não possuem despesas dedutíveis relevantes.

- A migração para o lucro real somente ocorrerá caso as despesas dedutíveis da pessoa jurídica sejam relevantes, o que tende a não ser o caso para a grande maioria das empresas optantes pelo regime de lucro presumido - explica.

Jéssica Garcia Batista, sócia do escritório PGBR, detalha que a medida altera a sistemática de apuração do lucro presumido, tradicionalmente considerada simplificada.

- Essa alteração não apenas aumenta o montante de **tributos** a pagar, como também modifica o caráter do regime, que sempre foi tratado pela **Receita Federal** como uma alternativa de simplificação, e não como um benefício fiscal - afirma. Segundo ela, isso pode pressionar preços, reduzir investimentos e comprometer a competitividade das empresas.

Carlos Eduardo Navarro, sócio do escritório Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, afirma que a simplicidade do lucro presumido é um fator decisivo para muitas empresas, além da carga tributária.

- Muitas vezes o lucro presumido não está atrelado só à carga tributária em si, mas também à simplicidade desse modelo, a necessidade de menor nível de comprovação de despesas e por aí vai. Agora, claro que qualquer mudança de aumento de carga pode ter sim alguma migração. O tamanho disso não dá para a gente dizer, mas é possível sim que haja migração - observa.

Guilherme Costa Val acrescenta que a migração só faz sentido quando as despesas dedutíveis forem relevantes, caso contrário, não há vantagem. Navarro lembra ainda que a **reforma tributária** prevista para 2027, que eliminará PIS e Cofins cumulativos, terá maior impacto sobre a escolha do regime tributário do que a elevação da base do lucro presumido.

- Quando a gente pensa na migração, é uma conexão com a **reforma tributária**, porque eu já tive vários clientes que a decisão entre real e presumido não tinha a ver com o Imposto de Renda e CSLL, mas sim com o PIS e Cofins. E essa questão me parece que muda radicalmente com a **reforma tributária** - acrescenta Navarro.

O regime de lucro presumido é frequentemente citado como um incentivo à pejetização, prática em que trabalhadores preferem atuar como pessoa jurídica em vez de CLT. Segundo Navarro, o aumento da carga tributária pode até reduzir essa prática, já que a vantagem fiscal do lucro presumido será menor.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/09/03/governo-propoe-elevar-cobranca-sobre-empresas-do-regime-de-lucro-presumido.ghtml>

Mais imposto: Reforma Tributária encarecerá aluguel de imóveis

Com a aprovação da **Reforma Tributária**, o setor imobiliário se vê diante de uma mudança significativa: o encarecimento dos aluguéis residenciais. A proposta, que cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em substituição ao PIS, Cofins, ICMS e ISS, promete simplificar o sistema tributário, mas também traz impactos importantes para quem atua no mercado de locação.

O IBS e a CBS formam o IVA-dual, o imposto sobre valor agregado que, ampliando a base atual, incidirá sobre todas as operações com bens e serviços, entre elas, as locações.

Hoje, aluguéis intermediados por pessoas jurídicas - como imobiliárias - são tributados com uma alíquota de 3,65% (PIS/Cofins). Com o novo modelo, essa alíquota pode saltar para 10,6%, quase o triplo do valor atual. De acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), um aluguel de R\$ 2.000,00 por exemplo, teria a carga tributária elevada de R\$ 73,00 para R\$ 169,60. Para valores menores, o aumento proporcional pode ser ainda mais expressivo.

Segundo a advogada tributarista Andressa Sehn da Costa, sócia da área de entidades do escritório Rafael Pandolfo Advogados Associados, o ponto de atenção está no planejamento e regularização dos contratos em andamento.

"A Lei Complementar publicada em janeiro/2025 estabelece prazos apertados para regularização dos contratos em vigência (31/12/2025). Caso sigam as determinações legais poderão utilizar um regime com alíquotas reduzidas durante o período de transição. Isso exigirá organização e planejamento por parte do setor".

Confira os principais impactos do IVA na locação de imóveis:

Aumento da carga tributária: Hoje, empresas que alugam imóveis pagam cerca de 3,65% de PIS/Cofins sobre o valor do aluguel. Com o IVA-dual, a alíquota efetiva pode mais que dobrar. A tributação sobre os serviços prestados por imobiliárias também sobe, pressionando a operação de empresas do setor.

Medidas de mitigação ainda tímidas: A proposta prevê

um redutor fixo de R\$ 400,00 no valor do aluguel sujeito à tributação e desconto de 70% na alíquota. Apesar disso, entidades setoriais consideram essas medidas insuficientes para conter os impactos negativos.

Créditos tributários compensam parcialmente o impacto: Empresas poderão se beneficiar de créditos ao longo da cadeia, o que pode amenizar o impacto em alguns casos. No entanto, imóveis adquiridos antes da reforma não necessariamente gerarão créditos, o que limita esse benefício.

Pessoas físicas podem ser consideradas como contribuintes: Locatários que tenham mais de três imóveis e receitas superiores a R\$ 240 mil por ano (cerca de 20 mil por mês) serão consideradas contribuintes de IBS e CBS, além de serem tributadas pelo imposto de renda.

Repasse de custos ao consumidor final: Com margens reduzidas, é provável que proprietários e administradoras repassem os novos encargos aos inquilinos, elevando ainda mais os preços dos aluguéis.

De acordo com a tributarista, o desafio será equilibrar a arrecadação com o acesso à moradia ou locação, já que existe a possibilidade de repasse de custos aos inquilinos. "Em um setor já pressionado por altos custos e déficit de entrega, é necessário que as empresas se juntem às entidades para conseguir reduções mais efetivas, evitando, assim, o repasse dos custos aos consumidores", finaliza.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/mais-imposto-reforma-tributaria-encarecera-aluguel-de-imoveis,928012889b133f41d6f869ad57a03dcfhw5xna42.html>

Juros longos disparam na Europa e nos EUA com preocupação fiscal

Luana Reis De São Paulo

A crescente preocupação sobre o equilíbrio fiscal nos países desenvolvidos voltou a assombrar os mercados globais e provocou ontem uma nova onda de disparada dos juros de longo prazo. O movimento foi mais agressivo na Europa, onde as taxas de 30 anos de diversos países atingiram os maiores níveis em décadas. Nos Estados Unidos, o salto também foi relevante, com as taxas momentaneamente na casa dos 5%, enquanto as dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida nesses países têm exigido prêmios de risco cada vez maiores.

No fechamento, os rendimentos dos Treasuries com vencimento em 30 anos subiram de 4,929% para 4,959%, após chegar a 5,000% na máxima do dia. Esse limite representa um importante nível psicológico para o mercado e foi testado em outros momentos ao longo do ano, diante da preocupação com o cenário fiscal nos EUA. Os juros também avançaram nas pontas média e curta da curva, com o rendimento da T-note de dois anos saindo de 3,625% para 3,645%, e o do papel de dez anos encerrando o dia a 4,263%, de 4,233% na sessão anterior.

Na Europa, os rendimentos dos Gilts britânicos de 30 anos subiram de 5,641 % para 5,698%, maior valor desde 1998, e os dos OATs franceses de 30 anos avançaram de 4,447% para 4,500%, o maior nível em mais de 16 anos. Na Alemanha, os juros dos Bunds fecharam no patamar mais alto desde 2011, em 3,410%, ante 3,359% na sessão anterior.

O sentimento no mercado de renda fixa foi contaminado ontem pela notícia de que Hiroshi Moriyama, um dos principais aliados do primeiro-ministro japonês Shigru Ishiba renunciaria ao cargo, o que também levantou dúvidas sobre a permanência do próprio Ishiba. Visto pelo mercado como um governante mais responsável do ponto de vista fiscal, ele vem resistindo a pressões para deixar o posto.

Ishiba não indicou se pretende aceitar a renúncia de Moriyama e ainda não falou diretamente sobre a possibilidade de ele próprio deixar o cargo. A princípio, sua permanência tende a ser vista pelos investidores como um sinal de maior responsabilidade fiscal, mas essa percepção pode se inverter caso ele precise adotar mais gastos para se manter no poder.

A possibilidade de uma mudança no governo e a incerteza com a trajetória da dívida pesaram sobre os juros japoneses durante a madrugada, o que também contaminou as curvas de outros países, onde a preocupação fiscal também tem vindo à tona.

William De Vijlder, economista-chefe do BNP Paribas, avalia que, após um longo período de queda dos juros de longo prazo nas economias desenvolvidas, a direção tem mudado nos últimos anos, e a perspectiva de maior necessidade de financiamento levanta preocupações de que esse movimento ainda não tenha acabado.

"Não há espaço para complacência", defende. "Para os governos, qualquer aumento duradouro nos juros de longo prazo implica um esforço estrutural maior para melhorar o saldo primário em países onde a relação entre dívida e **PIB** continua subindo." Na mesma linha, George Saravelos, economista do Deutsche Bank, afirma que os riscos de dominância fiscal nos EUA estão aumentando, algo que parece estar sendo subestimado por participantes do mercado, à medida que não tem se refletido tanto nos preços. "Os riscos de dominância fiscal deveriam estar mais visíveis tanto com uma **inflação** implícita de longo prazo mais alta nos EUA quanto com um prêmio de risco maior sobre o dólar, mas nada disso está se materializando até agora", afirma.

A dominância fiscal ocorre quando a política fiscal passa a ditar o rumo da política monetária, ao invés do contrário. Nos EUA, o debate fiscal ganhou força com a aprovação do "One Big Beautiful Bill" de Donald Trump, projeto de lei que prevê ampliar gastos públicos e reduzir **impostos**. O presidente tem pressionado o Federal Reserve (Fed) sucessivas vezes ao longo do ano para cortar juros, argumentando que isso "custa uma fortuna" ao país.

Roberto Abad, estrategista da Western Asset, também alerta para o risco de dominância fiscal nos EUA. Embora o presidente do Fed, Jerome Powell, tenha rejeitado a ideia de que o custo da dívida influencia as decisões de política monetária, Abad avalia que a pressão por parte de Trump reforça o temor de que as necessidades fiscais dos EUA passem a moldar os passos do banco central, comprometendo sua independência. "Hoje, o risco não está mais restrito a

emergentes", afirma.

Apesar disso, Abad acredita que a preocupação sobre uma queda na demanda por Treasuries devido à dominância fiscal pode estar sendo superestimada. Ele aponta que o mercado de títulos da dívida americana conta com uma base sólida e diversificada de investidores, que estão bem posicionados para absorver a oferta futura.

Na Europa, o caso que está no centro das atenções nesta semana é o da França, onde o primeiro-ministro, François Bayrou, convocou um voto de confiança no parlamento para a semana que vem, mas é amplamente esperado que ele perca e deixe o cargo, dado que os partidos de oposição rejeitam sua proposta de cortes de gastos públicos. No ano passado, o déficit do país surpreendeu negativamente e chegou a 5,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), acima da meta de 3% estabelecida pela União Européia (UE).

Desde que o presidente, Emmanuel Macron, dissolveu o parlamento no ano passado, o Legislativo ficou dividido e tem enfrentado dificuldades para formar uma maioria. Em dezembro, o então primeiro-ministro, Michael Barnier, deixou o posto após seu projeto orçamentário não ser aprovado.

O Reino Unido também está no foco dos investidores, à medida que a ministra das Finanças, Rachel Reeves, deve anunciar um aumento de **impostos** para manter o alinhamento com suas metas fiscais, diante da necessidade de financiar um déficit orçamentário crescente. "Se o governo continuar aumentando **impostos**, isso apenas irá reduzir o incentivo ao trabalho e pesar sobre o crescimento, provavelmente enfraquecendo os esforços do governo para ser reeleito", afirma Jane Folcy, estrategista do Rabobank.

Além das preocupações com a demanda, a oferta também pode pesar sobre os juros europeus. Nas projeções do Citi, a oferta de títulos soberanos na Europa em setembro deve aumentar para 122 bilhões, ou 10 bilhões acima da média mensal esperada para 2025. Nesse sentido, é possível que o mercado incorpore nos preços dos ativos a oferta mais alta e, assim, exija juros ainda mais elevados para a rolagem da dívida. (Colaborou Artur Scaff) "Para os governos, qualquer aumento duradouro nos juros de longo prazo implica esforço estrutural maior" William De Vijlder

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Selic faz economia pisar no freio

» ROSANA HESSEL

Indicador de riqueza do país, o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 0,4% no segundo trimestre do ano, na comparação com os três meses anteriores, totalizando R\$ 3,2 trilhões, conforme dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos 12 meses terminados em junho, o Brasil acumula alta de 3,2%.

O resultado do trimestre ficou ligeiramente acima da mediana das estimativas do mercado para a variação trimestral, de 0,3%, mas confirmou a tendência de desaceleração em relação à alta revisada de 1,3% no **PIB** de janeiro a março, em grande parte, devido aos impactos da política monetária do Banco Central. O número do primeiro trimestre revisado ficou abaixo da alta de 1,4% estimada anteriormente.

Com a variação de 0,4% na comparação com os primeiros três meses do ano, o desempenho do **PIB** no segundo trimestre colocou o Brasil na 32ª colocação em uma lista de 49 nações listadas pela Aus-tin Rating, ou seja, entre os países que registraram as menores taxas de crescimento. A variação média das economias ficou 0,7%, acima da taxa do **PIB** nacional. No primeiro trimestre do ano, o Brasil tinha ficado na 5ª colocação no mesmo ranking global da agência de classificação de risco.

Pela ótica da oferta, conforme os dados do IBGE, as altas de 0,6% no setor de serviços e de 0,5% na indústria compensaram a variação negativa de 0,1% da agropecuária. E, pelo lado da oferta, o consumo das famílias ainda registrou crescimento, de 0,5%, enquanto o consumo do governo e os investimentos recuaram 0,6% e 2,2%, respectivamente. Na comparação interanual, o **PIB** avançou 2,2% no segundo semestre, com destaque para o setor agrícola, que avançou 10,1%.

Aperto monetário

A freada no ritmo de crescimento do **PIB** no segundo trimestre era esperada pelos analistas, devido ao impacto da política monetária conduzida pelo Banco Central, de acordo com analistas. A taxa básica da economia (Selic) está atualmente em 15% ao ano e o BC tem sinalizado que ela deverá permanecer em patamar elevado por um período "bastante prolongado". Com isso, o segmento que mais tem sentido o impacto dos juros mais altos é a indústria da transformação, que recuou 0,5% na comparação

trimestral, enquanto a média do setor da indústria cresceu 0,5%. Nos três meses anteriores, a indústria da transformação recuou 1%. Outro segmento que vem sentindo o impacto dos juros altos é o da construção, que também registrou queda por dois trimestres seguidos neste ano.

Ao comentar os dados do **PIB**, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) voltou a defender queda nos juros. "A economia demonstra, claramente, a necessidade de iniciarmos um ciclo de queda na taxa de juros. Esta é, hoje, a maior trava ao desenvolvimento econômico, à criação e manutenção de emprego e ao aumento da renda da população. O atual patamar da taxa básica de juros, em 15%, é insustentável para quem produz", disse Ricardo Alban, presidente da CNI, no **comunicado**. Ele lidera, em Washington, uma missão empresarial para abrir canais de diálogo com os Estados Unidos para negociar saídas ao tarifaço imposto pelo presidente norte-americano Donald Trump aos produtos brasileiros.

Analistas reforçam as apostas de que a atividade continuará desacelerando nos próximos trimestres. "Os dados do **PIB** demandam cautela, apesar de alguns setores apresentarem crescimento melhor do que o esperado. A tendência ainda é de desaceleração e com o **PIB** caminhando para fechar o ano com alta em torno de 2%, nada acima disso, porque é o que se espera dos efeitos da política monetária", afirmou a economista Silvia Matos, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

"Em linhas gerais, os dados do **PIB** confirmam essa tendência de desaceleração, apesar de algumas diferenças em termos de magnitude, mas a direção está bem em linha com o esperado", explicou Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria. Ela prevê que, nos dois trimestre seguintes do ano, o **PIB** deverá apresentar crescimento ainda mais modesto, de 0,2%. "O **PIB** vai continuar diminuindo o ritmo, nessa linha de continuidade da desaceleração, porque temos a política monetária mais restritiva", destacou.

De acordo com Silvia Matos, a safra recorde de soja neste ano é um dos fatores que ajudaram nesse desempenho mais positivo no **PIB** do segundo trimestre, de acordo com os analistas. As estimativas para queda na agropecuária estavam em torno de 2,6% a 2,9% na comparação com o trimestre anterior. "Houve uma surpresa positiva em relação ao setor

agropecuário, provavelmente, por conta de um aumento na produtividade" afirmou Matos. Segundo ela, o cálculo feito pelo IBGE é complexo, porque mede o desempenho de cada cultura de grãos em relação à área plantada.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/09/03/all.pdf>

Guiana: uma nova fronteira agrícola nas Américas (Artigo)

MOHAMED IRFAAN ALI

Desde o próprio nome oficial, a República Cooperativa da Guiana expressa o compromisso de ser um parceiro confiável e de trabalhar em colaboração com outras nações. Nosso pequeno país no norte da América do Sul tem fortes laços culturais e históricos com a região do Caribe e tem atraído a atenção mundial nos últimos anos por seu excepcional crescimento econômico.

A posição geográfica do nosso país é estratégica para levar adiante nossa abordagem cooperativa e nos tornarmos um elo para a cooperação em nosso hemisfério. Embora o ponto de partida para o crescimento tenham sido os depósitos de petróleo e gás em alto-mar que começaram a ser explorados em 2019, a Guiana está agora vivendo uma revolução na agricultura, que a está tornando mais produtiva, diversificada, competitiva e resiliente.

O país também está desempenhando um papel importante na promoção de políticas e ações regionais para acelerar o desenvolvimento sustentável do setor agrícola nos países-membros da Caricom, a Comunidade do Caribe. Dessa forma, a Guiana garante a segurança alimentar de sua população e consolida a posição como um importante ator na cesta de alimentos do Caribe, graças ao aumento do investimento público e privado e à chegada de capital estrangeiro.

Por essa razão, e como parte natural desse caminho rumo à modernização de seu setor produtivo, o país nomeou Muhammad Ibrahim, candidato com notáveis qualidades de liderança e experiência em sistemas agrícolas em todo o continente, para o cargo de diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), organização pertencente a todos os governos das Américas e cuja missão é contribuir para o desenvolvimento da agricultura e o bem-estar das comunidades rurais.

A expansão econômica da Guiana ultrapassou 40% ao ano nos anos posteriores a 2020, e o Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita passou de menos de US\$ 6,5 mil por ano, em 2019, para mais de US\$ 18 mil em 2023. Essa expansão continuará este ano, abrindo grandes oportunidades em todos os setores da economia.

No que diz respeito especificamente à agricultura, as conquistas são evidenciadas na publicação de um estudo recente das universidades de Gottingen (Alemanha) e de Edimburgo (Escócia), mostrando que a Guiana é o único país do mundo totalmente autossuficiente em matéria alimentar.

Esses dados reforçam a capacidade do país em um contexto de conflitos que colocaram a segurança alimentar no primeiro lugar da agenda mundial. A razão para esse sucesso é a Guiana estar direcionando recursos para diferentes setores de sua economia, sendo a agricultura e a segurança alimentar um dos principais, juntamente com a educação, a habitação e a infraestrutura.

Durante 2023 e 2024, 8% do orçamento nacional foi destinado ao setor agrícola, como resultado de uma decisão política tomada após a pandemia da covid-19 ter demonstrado que a segurança alimentar pode estar em risco mesmo em países desenvolvidos. Existem vários projetos estratégicos destinados a modernizar o setor e mudar a percepção de que a agricultura é um setor para pessoas sem educação formal, demonstrando, em vez disso, que está associada ao conhecimento.

Isso levou ao fortalecimento da tecnologia em culturas tradicionais, à introdução de culturas de maior valor e à transformação de produtos primários, bem como ao fortalecimento da capacidade institucional para trabalhar na saúde vegetal e animal e na segurança alimentar como estratégia para garantir uma produção sustentável e responder às necessidades dos consumidores.

Em 2024, a Guiana alcançou, pela primeira vez, uma produção de mais de 700 mil toneladas de arroz, uma cultura fundamental para o consumo interno e a exportação. O país também possui a maior fazenda hidropônica da região.

A Guiana é também o primeiro país do Caribe a lançar um seguro para indenizar os produtores que perdem suas colheitas ou animais devido a desastres naturais, depois que as enchentes destruíram quase 90% da produção em 2020.

Por todas essas razões, a Guiana quer conduzir o IICA

com um de seus líderes mais brilhantes no campo da alimentação. Muhammad Ibrahim, candidato da Guiana e da CARICOM ao cargo de diretor-Geral do IICA, tem uma experiência técnica e política inestimável e habilidades de liderança forjadas ao longo de quase 40 anos de trabalho em produtividade e resiliência agrícola.

Seu trabalho promoveu o papel da ciência, da inovação e da tecnologia no fortalecimento dos agricultores, em diálogo com os governos, o setor privado e as instituições financeiras. É essa experiência que nosso país, honrando seu nome, quer levar para toda a América.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/09/03/all.pdf>

Com peso dos juros, PIB perde força e cresce 0,4% no segundo trimestre

alvaro griBEL/BRASÍLIA e DANIEL TOZZI MENDES e EDUARDO LAGUNA/SÃO PAULO

Após uma forte alta de 1,3% de janeiro a março, o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro desacelerou para uma variação de 0,4% no segundo trimestre de 2025, em relação ao primeiro, impactado principalmente pela elevação da taxa Selic. O resultado foi divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também revisou o dado do primeiro trimestre (de 1,4% inicialmente informado para 1,3%).

Entre abril e junho deste ano, houve alta de 0,6% em serviços, e de 0,5% na indústria, em relação aos três primeiros meses do ano, o que ajudou a compensar a variação negativa de 0,1% na agropecuária. Já o consumo das famílias subiu 0,5% (metade da alta registrada no primeiro trimestre), enquanto o consumo do governo recuou 0,6%, e os investimentos caíram 2,2% - interrompendo seis trimestres de crescimento consecutivo.

Com a **inflação** acima do teto da meta, o Banco Central iniciou um ciclo de alta da taxa básica de juros em julho do ano passado. Desde então, a Selic subiu de 10,5% para 15%, patamar atingido em junho deste ano e mantido desde então.

"O **PIB** desacelerou no segundo trimestre pelo impacto da taxa de juros e pela queda na margem do agro, que mantém ainda cenário de forte expansão anual. O ciclo de crescimento do **PIB** em torno de 3% que vimos até o primeiro trimestre sai de cena pelo efeito dos juros, mas também por um impacto menor da expansão fiscal. Essa ajuda no crescimento aconteceu nos últimos dois anos, mas perdeu efeito neste ano", afirmou o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale.

Ainda assim, o **PIB** veio um pouco mais forte do que os economistas, em geral, esperavam, segundo pesquisa do Projeções Broadcast, a mediana de crescimento do **PIB** era de 0,3%, com as estimativas oscilando de variação zero a avanço de 0,5%. Segundo analistas, isso eventualmente pode diminuir a convicção de quem aposta em espaço para o BC começar a cortar os juros até o fim deste ano.

"Se o Copom (Comitê de Política Monetária) busca

convergência da **inflação** no horizonte relevante, precisaríamos ver uma desaceleração bem mais intensa da atividade econômica, para que houvesse um recurso mais rápido da **inflação**", explicou economista-chefe do Banco do Brasil, Marcelo Rebelo, acrescentando que os diretores do BC têm pregado cautela ao falar sobre os próximos passos da política monetária.

Entre os vetores que explicam isso, o economista-chefe do BB cita o mercado de trabalho robusto, os reajustes do salário mínimo, os programas de transferência de renda e o volume de crédito à pessoa física, que não tem cedido na mesma intensidade de que nas concessões às empresas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Serviços e consumo de famílias sustentam PIB no segundo trimestre

A coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, afirmou ontem que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre foi sustentado pelo setor de serviços, uma atividade menos impactada pela alta dos juros, e também pelo consumo das famílias, como reflexo do mercado de trabalho ainda forte e de programas de transferência de renda. No primeiro caso, o avanço foi de 0,6% entre abril e junho, na comparação com o primeiro trimestre do ano, enquanto o consumo das famílias registrou variação positiva de 0,5%.

"O que puxou esse crescimento do **PIB** foram os serviços, principalmente, atividades econômicas não tão influenciadas pela política monetária restritiva, e, pelo lado da demanda, o consumo das famílias, pela continuação dos programas de transferência (de renda) das famílias e também pelo dinamismo do mercado de trabalho, com a continuação do crescimento do total dos salários recebidos pelas famílias", afirmou ela.

Na comparação com o mesmo trimestre de 2024, o crescimento do **PIB** foi de 2,2%. Já no semestre e no acumulado dos quatro trimestres terminados no segundo trimestre de 2025, a variação chegou a 2,5% e 3,2%, respectivamente.

Em postagem em uma rede social, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, comemorou o resultado. Em relação ao trimestre anterior, foi a 16 .a alta consecutiva do indicador. "O **PIB** do Brasil cresceu de novo. Subiu 0,4%, em relação ao 1.º trimestre deste ano, e 2,2% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado", escreveu Tebet.

"TEIMOSO". O desempenho do setor de serviços no **PIB** do segundo trimestre, apesar do patamar elevado do juro básico brasileiro, foi destacado por Felipe Tavares, economista-chefe da BGC Liquidez. "O setor de serviços ainda está resiliente, diante de um mercado de trabalho também resistindo. Mantendo uma dinâmica meio que surpreendente, dada a Selic elevada", afirmou ele.

Na sua avaliação, "a insensibilidade" do setor de serviços é um fator que põe em dúvida o mês em que o Comitê de Política Monetária (Co-pom) do Banco Central poderá iniciar o afrouxamento monetário. Por

ora, a BGC estima que a queda comece em dezembro, levando a Selic dos atuais 15% para 14,75%. "Agro (agroindústria) e indústria estão desacelerando. No geral, tem desaceleração. Porém, o setor de serviços ainda está teimoso", disse ele. "O maior posicionamento no mercado é de corte começando em 2026, mas não há um movimento tão claro. O **PIB** de hoje (ontem) não define essa questão. É preciso esperar outros resultados."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado mantém estimativa de variação de 2,2% para PIB em 2025

LAGUNA, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, DANIEL TOZZI MENDES e GUSTAVO NICOLETTA

O crescimento de 0,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre, acima da expectativa inicial do mercado, não mudou as projeções dos mesmos analistas em relação ao resultado do indicador no restante do ano. A mediana de 20 casas consultadas pelo Projeções Broadcast continua sendo de alta de 2,2% para o **PIB** de 2025 - em linha com o que havia sido apontado em pesquisa realizada em 28 de agosto. Para este terceiro trimestre, a mediana das projeções subiu residualmente no período, de 0,2% para 0,3%.

A avaliação de analistas é de que a economia doméstica passa por um processo de acomodação, que deve seguir ao longo desta segunda metade do ano. É a avaliação do economista-chefe do Banco ABC Brasil, Daniel Xavier, segundo o qual o **PIB** no segundo trimestre mostrou arrefecimento dos componentes da demanda doméstica - ainda que de forma mais lenta do que a inicialmente projetada -, ao passo que a demanda externa contribuiu positivamente para a atividade no período.

"Ou seja, trata-se de um quadro de gradual desaceleração da atividade no Brasil, respondendo aos efeitos defasados da política monetária e em contexto de ainda elevada incerteza econômica global e local", escreveu ele, em relatório. Sua estimativa é de alta de 2,3% para o **PIB** de 2025.

Menos otimista, o banco In-ter projeta expansão de 2,0%. "Esperamos a continuidade da desaceleração da demanda interna, tanto pelo lado do consumo quanto do investimento, em meio ao aperto monetário. O esfriamento da economia é importante para o processo de queda da **inflação**", detalhou o economista sênior do Inter, André Valério, também em relatório.

Sinais do impacto dos juros no nível de atividade apareceram em várias das rubricas das contas nacionais. Na margem (ou seja, na comparação do segundo trimestre com o primeiro), o crescimento de 0,5% do consumo das famílias foi metade do registrado na medição anterior (1%). Já a formação bruta de capital fixo, sinônimo de investimentos, caiu 2,2% no mesmo período, interrompendo seis

trimestres consecutivos de crescimento.

Setores mais dependentes de crédito, construção e indústria de transformação recuaram, respectivamente, 0,2% e 0,5%, também na margem. Além do aperto monetário, o resultado do **PIB** refletiu a dissipação de efeitos da safra recorde de grãos, que, no início do ano, encobriu o impacto da Se-lic mais alta em atividades sensíveis ao ciclo monetário.

"AMBIENTE RESTRITIVO". Segundo Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos, a divulgação do **PIB** do segundo trimestre confirmou o quadro de acomodação dos setores dependentes de crédito, enquanto as atividades mais sensíveis à renda exibem resiliência. "Setores como veículos, materiais de construção, eletrodomésticos, produtos eletrônicos vêm perdendo tração em meio a um ambiente de juros restritivos e de alto grau de endividamento das famílias", afirmou ele. Por outro lado, ponderou Margato, o mercado de trabalho continua aquecido, com a taxa de desemprego renovando mínimas históricas e uma alta consistente da renda.

Após a divulgação do **PIB**, os economistas do Bradesco projetaram crescimento próximo de zero no segundo semestre. "Os impactos dos juros restritivos são cumulativos e, por isso, devemos ver continuidade desse processo de moderação da economia nos próximos trimestres", comentou o departamento de estudos econômicos do banco. Na mesma linha, o departamento econômico do Santander escreveu que vê sinais de acomodação, e a expectativa é de crescimento baixo na segunda metade do ano. «eduardo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com resultado, Brasil fica em 32° em ranking de 49 países

DANIELA AMORIM JULIANA GARÇON

O Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro teve o 32.º melhor desempenho no segundo trimestre de 2025 em um ranking de crescimento que considera as informações de 49 países, segundo a agência de classificação de risco Austin Rating.

O **PIB** do Brasil cresceu 0,4% no segundo trimestre de 2025 ante o primeiro trimestre, segundo os dados das Contas Nacionais trimestrais publicados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os países com desempenho melhor do que o do Brasil no período, estão China (1,1%), Israel (0,9%), Estados Unidos (0,8%), México (0,6%) e Colômbia (0,5%).

O avanço brasileiro foi idêntico ao do Chile, Hong Kong, Letônia, Hungria e Reino Unido. No topo da lista com melhor desempenho percentual no último trimestre, aparece a Indonésia, que cresceu 4%, seguida de Taiwan.

O Brasil deve encerrar o ano de 2025 se mantendo como a 10.a maior economia do mundo, posto que deve preservar em 2026, conforme as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) compiladas pelo economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini. A melhor posição alcançada pelo Brasil no ranking foi a 7.a, entre 2010 e 2014.

Em valores, entre os dez países com o melhor desempenho na economia no trimestre passado, destaque para a Índia, com US\$ 4,187 trilhões. O país subiu uma posição no ranking da Austin e ultrapassou o Japão, cuja economia fechou o último trimestre em US\$ 4,186 trilhões.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PIB per capita tem alta de 0,3%, aponta FGV Ibre

Lucianne Carneiro Do Rio

O Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita avançou 0,3% no segundo trimestre de 2025, ante o trimestre anterior, após alta de 1,2% no primeiro trimestre. A conta é da pesquisadora sênior de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e coordenadora do Boletim Macro Ibre, Silvia Matos. Com a variação, o valor atingiu R\$56.078.

O cálculo do **PIB** per capita considera o crescimento de 0,4% do **PIB** brasileiro no segundo trimestre, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e um aumento de 0,1 % da população por trimestre. Essa variação considera a mais recente projeção da população pelo instituto, que considera o período de 2000 a 2070.

"O **PIB** per capita vem vindo forte, mas a população está envelhecendo e cresce cada vez menos. Estamos deixando de ter o bônus demográfico e indo para o perfil de país desenvolvido, que não conta mais com essa ajuda no crescimento da economia", afirma a economista.

Aparentemente, uma população que cresce menos, como é o que ocorre agora no Brasil, favorece o **PIB** per capita a curto prazo. Quando a economia cresce, a riqueza é dividida por menos gente. Só que a população mais envelhecida significa uma parcela menor de mão de obra jovem para colaborar com a expansão da atividade econômica. Neste contexto, o crescimento depende cada vez mais de aumento de produtividade.

Pelas projeções de Silvia Matos, o **PIB** per capita terá variação de 0,1 % no terceiro trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, e estabilidade no quarto trimestre do ano. Se essas projeções se confirmarem, o aumento do indicador será de 1,6% em 2025, para uma expansão do **PIB** estimada em 2%. No ano, o crescimento da população está em 0,395%.

No ano passado, o **PIB** per capita cresceu 3%. Apesar do crescimento nos quatro anos entre 2021 e 2024, foi só no ano passado que o patamar do **PIB** per capita ultrapassou aquele observado em 2013, antes da recessão de 2015 e 2016.0 nível do indicador estava, ao fim do ano passado, 2,2% acima de 2013.

Se a projeção de 1,6% da economista do FGV Ibre para a alta do **PIB** per capita em 2025 se confirmar, o indicador chegará ao fim do ano em patamar 3,9% superior àquele de 2013.

Na avaliação de Silvia Matos, a economia vive "um cabo de guerra entre as políticas fiscal e monetária": "A economia mostra ainda sinais de vigor, apesar de desaceleração, e ainda não se sabe como vão ficar" os efeitos do tarifaço. "Na minha visão, tem muita água para correr antes de pensarem alívio monetário. É preciso aguardar para avaliar o que vai ocorrer com o cenário externo" e com Donald Trump, argumenta Silvia Matos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250903>

Trajetória ainda é de alta, diz secretário

Giordanna Neves e Ruan Amorim De Brasília

A alta de 0,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre indica que a economia brasileira continua em crescimento, mas em ritmo mais moderado, disse o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, ao Valor.

De acordo com o secretário, o resultado deixa herança estatística de aproximadamente 2% para o **PIB** deste ano. Isso significa que, se o **PIB** permanecer até o fim de 2025 no patamar que encerrou junho, terminará o ano com alta de 2% em relação a 2024. Caso o desempenho do segundo semestre siga o padrão dos anos anteriores, ele avalia que o crescimento poderá ficar próximo de 2,8% em 2025.

O secretário destacou ainda que, pelos indicadores divulgados, setores fundamentais mostram sinais de resiliência, mas ponderou que ainda persistem pontos de atenção, como a desaceleração dos investimentos - que interrompeu seis altas seguidas.

Já a Secretaria de Política Econômica (SPE) afirmou, em nota técnica à imprensa, que há um "leve viés de baixa" em sua projeção de crescimento do **PIB** estimado em 2,5%, após a divulgação do indicador do segundo trimestre. O desempenho ficou em linha com a estimativa da SPE, embora a desaceleração tenha sido mais acentuada do que a prevista no Boletim Macro Fiscal de julho. Naquela ocasião, com menos indicadores disponíveis, a SPE projetava alta de 0,6% para o período.

"Ainda que a expectativa inicial seja de leve desaceleração na margem no terceiro trimestre, a estimativa de crescimento de 2,5% para 2025 tem leve viés de baixa devido à desaceleração mais acentuada do crescimento no segundo trimestre comparativamente ao esperado em julho e ainda em repercussão aos efeitos defasados e cumulativos da política monetária na atividade econômica", justificou.

Nos cálculos da SPE, a herança estatística para o **PIB** de 2025 passou de 1,8% para 2,3%. A secretaria espera ainda que o **PIB** desacelere na passagem para o terceiro trimestre, com um crescimento na margem "pouco inferior" ao observado para o segundo trimestre. O cenário é reflexo de um mercado de trabalho resiliente, dos pagamentos de precatórios e da expansão do crédito.

"Embora a desaceleração nas concessões de crédito

venha se acentuando nos últimos meses, junto com o aumento nas taxas de juros bancárias e na inadimplência, o mercado de trabalho segue resiliente, podendo impulsionar a atividade junto ao pagamento dos precatórios e à recente expansão do crédito consignado ao trabalhador", avaliou a secretaria.

A SPE destacou que, por setor produtivo, surpreendeu o recuo menos intenso do **PIB** da agropecuária. Contudo, o **PIB** da indústria veio em razão abaixo do esperado em função da queda mais acentuada na produção de energia e gás. No setor de serviços, as atividades de comércio e imobiliárias também surpreenderam positivamente, segundo a secretaria, diferentemente dos transportes, que cresceram menos que o projetado, e dos serviços prestados pela administração pública, que recuaram, diferente do esperado.

"Pela ótica da demanda, foram surpresas o recuo no consumo do governo e a queda maior que a esperada nas importações. Em compensação, o consumo das famílias cresceu acima do esperado", informou a nota.

Já as atividades menos sensíveis ao ciclo monetário e de crédito contribuíram para a alta no **PIB** no segundo trimestre, disse a SPE, com destaque para a produção extrativa e para os serviços financeiros. A participação de componentes cíclicos foi menor, embora também positiva.

Sítio: <https://valor.globo.com/impresso/20250903>

Atividades menos cíclicas segaram freio do PIB, afirma Gustavo Ribeiro

Anais Fernandes De São Paulo

O resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil no segundo trimestre, que cresceu 0,4% ante o primeiro, confirma o diagnóstico de que a economia está desacelerando, mas em uma moderação gradual, diz o economista-sênior da Gávea Investimentos, Gustavo Ribeiro. "Não é uma economia que está batendo na parede", afirma.

Além de os impactos mais positivos da agropecuária que marcaram o primeiro trimestre terem se dissipado, agora ficam mais claros também, segundo Ribeiro, os efeitos da política monetária contracionista. "O **PIB** mais cíclico veio mais fraco, mostrando a desaceleração que é esperada e necessária."

Ainda assim, alguns segmentos de serviços mostram sinais de resiliência, uma dicotomia que é normal em momentos iniciais de desaceleração, diz Ribeiro.

"Quando você coloca tudo isso junto e tenta tirar um sinal único, o fato é que o consumo das famílias mostrou uma moderação importante, no trimestre contra trimestre, e a absorção interna - que é o consumo das famílias, mais gastos do governo e investimentos-teve uma dinâmica bem forte no primeiro trimestre e voltou a ficar negativa no segundo", observa.

Olhando à frente, Ribeiro diz continuar vendo a atuação de "forças antagônicas" sobre a economia do Brasil. "Colocando tudo na conta, eu tendo a crer que os vetores negativos vão se sobrepor", afirma, sem descartar uma variação levemente negativa do **PIB** no terceiro trimestre. Ribeiro projeta alta de 2,1% em 2025 e de 1,7% em 2026.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Quais são os destaques da atividade no segundo trimestre?

Ribeiro: O **PIB** veio praticamente em linha com o esperado. O resultado confirma o diagnóstico de uma economia desacelerando, depois dos impactos positivos do agro no primeiro trimestre. Agora ficam também um pouco mais claros os efeitos da política monetária contracionista. Tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda vemos sinais de

moderação.

Valor: A queda de 0,1% da agropecuária foi menor do que previsto ?

Ribeiro: Sim, mas, dadas as incertezas e a volatilidade do dado, não é nada que chame muito a atenção. Vemos o impacto positivo do agro em serviços de transporte. Lembrando que, no começo do ano, houve dificuldade de escoamento dessa produção. Dentro da indústria, a extrativa mineral também foi um pouco mais forte do que o esperado. Tudo isso reflete uma dinâmica em que a parte do **PIB** que é menos cíclica, menos sensível ao ciclo econômico, à política monetária e ao fiscal, se mostrou mais forte e resiliente. Mas, na indústria, tirando a extrativa, todas as outras aberturas vieram negativas. Vai nessa linha de que o **PIB** mais cíclico veio mais fraco, mostrando a desaceleração que é esperada e necessária.

Valor: E os serviços?

Ribeiro: Tem alguns sinais de resiliência um pouco mais fortes, principalmente em outros serviços, que engloba os prestados às famílias. Mas o comércio mostra uma clara tendência de desaceleração; ficou estável no trimestre. Existe essa dicotomia - que alguns integrantes do Banco Central têm repetido na comunicação oficial e que ficou relativamente clara nesse **PIB** - de que, em momentos iniciais de desaceleração, há sinais que vão cada um para um lado. Nos primeiros meses do ano, vimos uma moderação mais forte de itens relacionados a crédito, isso aparece, por exemplo, no comércio desacelerando mais do que outros serviços. A parte mais relacionada à renda, com o mercado de trabalho resiliente, tem mostrado um dinamismo maior, mas também em uma trajetória de moderação que acho que vai continuar. Quando você coloca tudo isso junto e tenta tirar um sinal único, o fato é que o consumo das famílias mostrou uma moderação importante, no trimestre contra trimestre, e a absorção interna - que é o consumo das famílias, mais gastos do governo e investimentos - teve uma dinâmica bem forte no primeiro trimestre e voltou a ficar negativa no segundo. Isso confirma essa trajetória de moderação, depois de um repique muito explicado pela dinâmica do agro no primeiro trimestre. É uma moderação gradual, não é uma economia que está batendo na parede. É natural que a gente tenha esses sinais, que nem todos

estejam caminhando para a mesma direção.

Valor: Como avalia a queda de 2,2% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no segundo trimestre?

Ribeiro: No primeiro trimestre, os investimentos me surpreenderam para cima e, no segundo, um pouco para baixo. Mas quando eu paro para pensar no que são os determinantes dessa linha no **PIB**, não existe razão óbvia para ter um ciclo de elevação de investimentos muito significativo nesse momento. Inclusive, no curto prazo, quando olhamos as confianças que a FGV publica, todas estão caindo e de maneira bem significativa. As confianças mostram que as empresas esperam uma queda da demanda à frente. Somam-se a isso todas as incertezas em relação ao ambiente externo, às tarifas, e também a proximidade de um ciclo eleitoral. Então, essa é uma parte que eu não esperava pujança muito forte. Agente continua com taxa de investimento baixa e eu não esperava nada muito diferente disso.

Valor: Quais as expectativas para o **PIB** no segundo semestre?

Ribeiro: Olhando à frente, tem várias forças antagônicas agindo sobre a economia. De um lado, há a política monetária contracionista, que tem mostrado efeitos. O juro real está perto de 10%, é muito elevado e tende a continuar subindo. E é importante lembrar que a política monetária tem efeitos cumulativos no tempo. Então, não é só o juro real hoje em 10%, mas o fato de que tem uma política monetária contracionista já há algum tempo. Além da retração significativa dos indicadores de confiança, o crédito passa por um processo de moderação mais claro. Isso age para puxara economia para baixo.

Valor: Quais são os fatores no sentido oposto?

Ribeiro: Por outro lado, vemos uma resiliência impressionante no mercado de trabalho, apesar de existirem primeiros sinais bastante incipientes de alguma moderação, e um impulso fiscal positivo nesse terceiro trimestre, pelo momento de pagamento de precatórios, em relação ao último ano. Mas, colocando tudo na conta, eu tendo a crer que os vetores negativos vão se sobrepor. Eu acho que, no terceiro trimestre, vamos ver uma moderação adicional de crescimento. Os primeiros dados de julho e agosto, ainda com uma incerteza grande, mostram o início do trimestre, talvez, um pouco mais fraco do que eu esperava. E, dentro do segundo trimestre, vimos uma moderação de crescimento mês após mês, o que levou um carregamento estatístico ruim para o terceiro trimestre. Eu acho que o **PIB** do terceiro trimestre pode até ser ligeiramente negativo.

Valor: Em quanto?

Ribeiro: Eu tenho -0,1%; alguma coisa entre zero e -0,1% acho que é um bom palpite. O quarto trimestre também deve ficar próximo de zero. A média do segundo semestre deve ser próxima de zero ou levemente negativa.

Valor: Diante dessa expectativa e já de olho na eleição presidencial, há risco de o governo aumentar os gastos para estimular a atividade?

Ribeiro: É sempre difícil de ver, mas o importante hoje é que o espaço fiscal é muito diferente do que a gente teve em 2022, 2023 e no início de 2024. Claro que isso não significa um governo com mãos amarradas, vemos tentativas de expansão de gastos, apesar da regra fiscal, que o mercado, muitas vezes, pune, como o uso de fundos fora do Orçamento. Mas o ponto é que, em termos de impulso fiscal para a economia, são medidas que tendem a dar algum suporte ao consumo, mas eu não acho que sejam capazes de impedir essa moderação. E eu acho importantes algumas indicações, inclusive do governo, nessa linha de que certa moderação na economia é necessária, dada a utilização de fatores de produção, o mercado de trabalho, a **inflação**. Eu não vejo o governo lutando ativamente contra essa moderação e, mais importante, como falei, não existe espaço fiscal significativo para isso de forma tão aberta e forte quanto vimos em ciclos anteriores. Eu sempre fui bastante preocupado com a situação fiscal do Brasil. Temos um problema estrutural sério, o crescimento vegetativo das despesas previdenciárias, vários benefícios, as vinculações. O arcabouço fiscal não leva a uma trajetória de convergência do primário a nível que seja suficiente para estabilizar a dívida no futuro próximo. E, mesmo pensando em uma sinalização positiva em termos de ajuste, independentemente de quem ganhe a eleição, vejo pouco espaço para queda estrutural do nosso juro real neutro.

Valor: O que isso significa?

Ribeiro: Isso faz com que a estabilização da dívida bruta, hoje, seja muito mais difícil do que era cinco ou dez anos atrás. Apesar disso, temos uma oportunidade conjuntural importante. Acho que a gente consegue ganhar tempo nesse processo sinalizando uma preocupação maior com o fiscal no curto prazo. Esse governo surpreendeu positivamente em muitos aspectos, por exemplo, com o que tem sido feito na Bolsa Família e, principalmente, a luta contra gastos tributários. A continuidade desse processo, junto com uma nova reforma da Previdência, que vai ser inevitável, e a reforma administrativa podem ajudar a comprar tempo. Isso não pode ser confundido com um ambiente global mais tolerante em relação ao fiscal.

Acho que é o contrário. Hoje, temos um cenário global mais adverso em termos de juros reais que torna a dinâmica da nossa dívida mais desafiadora. Então, precisamos fazer a lição de casa. Essa é a mensagem que o mundo está dando, e temos uma janela de oportunidade nos próximos 18 a 24 meses para comprar tempo e fazer frente a esse desafio estrutural que, no Brasil, é bem grande e significativo.

Valor. Como tem acompanhado a dinâmica da **inflação**?

Ribeiro: No fim do ano passado, com todo o estresse no câmbio, e no início deste ano, víamos projeções de **inflação** [para 2025] que ultrapassavam 6% - inclusive, existiam economistas que diziam ser impossível a **inflação** ser abaixo de 6%. Esse nunca foi nosso cenário-base, mas eu tive cenários alternativos de **inflação** acima de 6% a depender do câmbio. Hoje, a gente projeta 4,9%. O Focus está um pouco abaixo disso e existem casas com menos, 4,5%. O que mudou basicamente é a trajetória do câmbio, muito mais benigna e, aí, o contexto global ajudou muito. Mas a gente também teve surpresas baixistas na parte de serviços, que continuam em nível bastante elevado, totalmente incompatível com a meta, mas eu tenho de reconhecer que houve algumas surpresas benignas também em serviços. Eu acho que isso está muito relacionado a um transbordamento desse choque positivo fora do núcleo para itens dentro do núcleo. O último dado do IPCA-15 trouxe uma surpresa com quebras menos benignas, serviços voltando a acelerar, mas eu tenho um pouco de dificuldade de ver serviços voltando a assumir uma trajetória de elevação daqui para frente, por causa, por exemplo, da estabilidade de salários nominais, ainda que em nível elevado. Hoje, vejo uma dinâmica mais benigna de **inflação** do que no passado recente. Tenho 4,3% para o ano que vem e acho mais provável uma **inflação** perto de 4% em 2026 do que 5%. Os próximos meses vão ser essenciais para confirmar esse diagnóstico, principalmente porque o câmbio parou de apreciar. O espaço adicional para o câmbio apreciar daqui para frente é bem menor.

Valor. E como fica o Banco Central nesse contexto?

Ribeiro: O BC tem feito um trabalho muito positivo e está colhendo os frutos disso, principalmente com as projeções de **inflação** de 2026 e 2027 começando a cair. Caso eu esteja correto e a gente veja um crescimento perto de zero, até mesmo levemente negativo, no segundo semestre, um câmbio relativamente estável e uma continuidade desse processo de moderação de **inflação**, acho que teria na mesa os elementos para o BC poder iniciar um processo de flexibilização monetária na última reunião do ano. O que joga contra essa possibilidade é a

comunicação do próprio BC e as incertezas daqui até lá no cenário. O início de um processo de acomodação monetária no fim deste ano ou começo do próximo seria cenário-base. Acho difícil o BC não fazer nada se a gente, eventualmente, tiver resultados de **PIB** negativos. Em dezembro, já vamos ter uma boa ideia do que foi o **PIB** do terceiro trimestre e uma boa ideia do que está sendo o do quarto.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250903>